



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Professora Dorinha Seabra

REQUERIMENTO Nº DE - CE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do TCU;
- representante do CONFAZ;
- representante da CNM;
- representante do CONSED;
- representante da ATRICON.

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional e o Governo Federal têm como prioridade a aprovação da Reforma Tributária em 2023, com o objetivo de tornar o Sistema Tributário Brasileiro mais fácil e menos burocrático. A urgência da aprovação dessa reforma, debatida há mais de 25 anos, é consenso entre os Poderes Executivo e Legislativo, tendo em vista a necessidade de tornar o sistema tributário nacional mais fácil e menos burocrático, de forma a incentivar a geração de emprego e renda no país.

Atualmente, existem três propostas em discussão, sendo a mais antiga, a PEC 110/2019, que acaba com nove tributos e cria dois impostos. A PEC 45/2019, por sua vez, prevê a substituição de cinco tributos por um único imposto sobre bens



e serviços. Já a PEC 46/2022 objetiva simplificar a cobrança dos impostos sobre o consumo.

Cumpre salientar que o sucesso na elaboração da reforma demanda a participação não apenas do Executivo e do Parlamento, sua concretização demanda a participação das várias partes envolvidas e por ela afetadas. Demanda que requer vencer dificuldades no diálogo e nas negociações entre os entes federados e os diversos segmentos da sociedade brasileira.

A Reforma Tributária é importante, mas precisamos de uma reforma que preserve e promova a Educação, e precisamos ter consciência do impacto dessa mudança no país que queremos ter e pretendemos deixar para as próximas gerações, principalmente na questão da redução da desigualdade e na melhoria do aprendizado.

Nesse cenário, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal precisa participar do debate, trazendo para o Congresso Nacional as discussões sobre os tributos que recaem sobre a Educação, como o caso do ICMS e as leis estaduais.

Portanto, a discussão envolver as possíveis implicações da reforma tributária na estrutura arrecadatória dos entes federados e seus impactos na Educação.

Para o debate, estamos convidando o representante do Tribunal de Contas da União - TCU, do Conselho Nacional de Política Fazendária CONFAZ, da Confederação Nacional dos Municípios - CNM, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação - CONSED e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON.

É claro que a reforma tributária sozinha não conseguirá resolver os problemas históricos de educação que existem no país, mas também não pode piorar o cenário atual.

Diante dessas breves considerações, e por tratar de tema de grande importância da Educação no momento, conto com o apoio dos meus ilustres pares nesta Comissão para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 20 de março de 2023.

**Senadora Professora Dorinha Seabra
(UNIÃO - TO)**